



CARTA DE CONTRIBUIÇÕES PARA A POLÍTICA SOCIOAMBIENTAL DE CURITIBA

Em novembro de 2023 o Instituto Democracia Popular completou 10 anos e no balanço dessa década de atuação, reforçamos o **compromisso com a agenda ambiental e o enfrentamento às mudanças climáticas**, que passaram a compor nossa visão e propósito de atuação.

Com vistas a esse compromisso e tendo por base a discussão coletiva feita em nosso aniversário de 10 anos, nessa semana do meio ambiente, apresentamos 10 indicativos para o enfrentamento da crise ambiental em nossa cidade:

1 - A disputa de narrativa sobre a crise ambiental é fundamental. Por um lado temos o nefasto negacionismo e por outro, a visão do capitalismo sustentável, que foca sobre ações individuais e no consumo verde. Nesse ponto, é *fundamental o reforço da emergência climática, de seu caráter coletivo e de sua origem em nosso modo de produção*.

2 - A crise ambiental reforça as desigualdades sociais e territoriais. A crise ambiental tem afetado de maneira distinta diferentes sujeitos e territórios. A luta e a proposição de soluções passa pela compreensão do racismo ambiental, pela *priorização de populações vulneráveis e pela responsabilização dos grandes sujeitos poluentes*.

3 - Precisamos pensar soluções a partir dos territórios. É *preciso formular junto e para os sujeitos nos diferentes territórios*, valorizando vínculos associativos e comunitários, bem como o conhecimento popular.

4 - A luta do campo e da cidade é uma só. Campo e cidade são territórios indissociáveis, a cidade depende da produção do campo para segurança alimentar e sofre impactos severos de processos que ocorrem no campo, como a expansão da fronteira agrícola e o desmatamento. Portanto, a *luta por formas de produção agrícola saudáveis e sustentáveis é uma agenda urbana*.

5 - Precisamos planejar a partir do território e não das fronteiras administrativas. A crise ambiental, os rios e áreas de preservação não conhecem os limites entre municípios.

Precisamos pensar em soluções a nível de região metropolitana e com olhar para as bacias dos rios.

6 - Repensar a gestão dos resíduos sólidos e acabar o último aterro da cidade.

Curitiba está atrasada na nova licitação do lixo. Além de encerrar o aterro sanitário Essencis na CIC e estruturar a destinação com menos impacto social, precisamos reduzir a produção de resíduos, com políticas de compostagem, reutilização e aumento da reciclagem.

7 - Valorizar os trabalhadores e pensar a reciclagem como serviço ambiental para a cidade.

Os catadores de reciclagem são uma categoria que presta um serviço essencial para a cidade, mas que vive em situação latente de pobreza. É preciso estruturar e valorizar o cooperativismo da categoria, acabar com atravessadores e remunerar o serviço prestado como pagamento de serviço público ambiental.

8 - Enfrentar as enchentes e alagamentos ouvindo as pessoas afetadas. Precisamos

enfrentar as enchentes e alagamentos com olhar sobre as áreas de vulnerabilidade social e a par do olhar das comunidades sobre os problemas e priorizar soluções baseadas na natureza. Além disso, é preciso inverter a lógica de investimentos na cidade, priorizando a periferia.

9 - Promover regularização fundiária com requalificação ambiental. Hoje convivemos

com uma política de remoção de comunidades pobres em áreas com fragilidades ambientais, ao mesmo tempo em que para loteamentos de alto padrão a proximidade a matas e corpos hídricos são vendidos como vantagens paisagísticas. O poder público deve atuar de forma igualitária e avaliar onde há risco efetivo e promover a permanência das comunidades quando possível, com requalificação ambiental.

10 - Promover educação socioambiental. Precisamos promover educação ambiental

além da separação entre rejeito e reciclagem, para a sociedade em geral e em especial, nas instituições de ensino, promovendo práticas e ações ambientais junto a crianças e jovens.



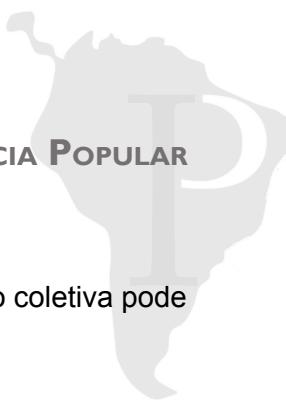
Relatoria do Encontro: DESAFIOS DA AGENDA SOCIOAMBIENTAL EM CURITIBA

No dia 30 de novembro de 2023 realizamos a roda de debate “Desafios da Agenda Socioambiental em Curitiba” na sede do Instituto de Democracia Popular, onde foram reunidos diferentes agentes da política socioambiental da cidade para discutir desafios e propostas. Esse encontro deu a base à Carta que apresentamos.

Dentre os debatedores convidados estavam presentes: Andreia de Lima, militante e liderança comunitária do Parolin, Carolina Efing integrante da Rede Curitiba Climática - RECC, Carol Maziviero integrante do Programa de pós graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (PPGMADE/UFPR) e professora da UFPR, Chrysantho Sholl Figueiredo membro do Movimento Popular por Moradia - MPM, Dê Silva integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Kixirrá Jamamadi, indígena, militante da economia solidária, Vanda de Assis integrante do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo - CEFURIA e Mariana M. Auler, advogada, doutora em políticas públicas e conselheira do Instituto Democracia Popular, com mediação da advogada Julia M. Bonnet, assessora do Instituto Democracia Popular.

Rodada de apresentação e provocações iniciais:

Vanda de Assis: presente como representante do Cefuria. Trabalha com catadores de materiais recicláveis, público que não é efetivamente reconhecido no trabalho socioambiental que eles realizam. O poder público não respeita as leis ambientais ou de resíduos sólidos. Trabalham com 13 grupos em Colombo localizados nas margens dos rios Palmital e Iguaçu, sofrendo com as enchentes. **O estado está construindo bacias de contenção onde essas famílias estão instaladas, promovendo a remoção das famílias em decorrência do risco ambiental, mas sem garantir alternativa habitacional.** Em Almirante Tamandaré, na região do Tanguá, estão removendo catadores para instalar habitações de luxo. Em Rio Branco do Sul, há mais de 10 anos moradores se associaram na defesa do meio ambiente. **Em Curitiba os grupos estão nas periferias das cidades, também nas margens dos rios. As pessoas no Cajuru estão há 30 anos aguardando promessa de construção de barracão de reciclagem. Falta de política ambiental.** O Cefuria colabora na organização dos catadores de diferentes cidades que possuem os



mesmos problemas, falta de recursos, invisibilização e apenas a organização coletiva pode gerar transformações.

Andréia de Lima: é transformadora social e moradora do Parolin. *Denúncia há 10 anos a falta de políticas públicas para revitalização dos rios, que desde as obras do PAC 1 e 2 passaram a sofrer com enchentes. A prefeitura concretou os rios e não fizeram as cabeceiras das pontes, por onde vazam.* A prefeitura não faz qualquer campanha sobre doenças como a leptospirose. Na favela temos apenas o apoio um do outro, o terceiro setor não é responsável por resolver políticas públicas, oriento moradores a ir no CRAS para cobrar da prefeitura os prejuízos sofridos. Apesar das ameaças, estou na vida política. Eu, junto com mulheres multiplicadoras dos conhecimentos, hoje temos voz. *Faltam políticas públicas e um olhar cuidadoso. Enquanto as enchentes atingiam apenas o parolin, estava tudo bem para a cidade, mas quando passou a atingir outros bairros, como o água verde, a burguesia passou a pensar sobre.* O olhar é apenas para a região central, como se eles fossem civilizados e nós somos procurados apenas para promessas em anos eleitorais. Se eu estou na política é porque as mulheres da comunidade falaram que se não fosse eu, não queriam nenhum político na comunidade. O estado e a burguesia não nos querem se não for de cabeça baixa.

Dê Silva: representante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, natural do Mato Grosso, Coordenação da Escola Latino Americana de Agroecologia (ELLA). *Para entender questões socioambientais é preciso entender onde a classe trabalhadora está nas cidades,* estão nos arredores das cidades. No campo, o debate da reforma agrária popular tem dado peso à questão da agroecologia, que está sendo passada por gerações. Nossa programa agrário traz como enfoque a agroecologia como princípio para nossa organização. Também não é fácil, apesar de se tratar do MST, levar o debate da agroecologia, o capitalismo se estrutura de forma a que as pessoas se entreguem aos modelos tecnológicos tradicionais. Existe um conluio com a indústria, os movimentos sociais travam uma luta para que os bancos do PRONAF se desvinculem do veneno. Mesmo que não se queria plantar com veneno, a liberação de crédito é vinculada ao veneno a ser utilizado. A bancada do veneno tem aprovado um número absurdo de agrotóxicos que são proibidos em vários lugares do mundo. No contraponto, nos últimos 5 anos *o MST tem lançado uma campanha internacional “Plantar árvores, colher alimentos saudáveis”.* É um desafio fazer com que essa campanha frutifique tendo vista essa batalha de



ideias do capital hegemonic. As famílias da base do MST também apresentam certa resistência, temos dificuldade em colocar essa discussão mais ampla. É fundamental para esse período que a gente recoloque essa pauta na agenda da sociedade. As comunidades tradicionais, as favelas, territórios indígenas precisam plantar essa ideia para ganhar peso nas nossas discussões políticas. A cidade também precisa pensar nessa agenda socioambiental.

Carol Maziviero: Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento e do Programa em Planejamento Urbano, ambos da UFPR. A universidade também colabora para o pensamento hegemonic, hoje estamos colocando a crítica, construindo com os alunos nos territórios. O curso de arquitetura tem um papel relevante na forma que as cidades são construídas. Por muito tempo se dividia a cidade entre ricos e pobres, mas isso não explica quem está nos lugares. Não é só uma questão de classe, tem também a questão de raça, gênero. **Não podemos legitimar discursos sobre a cidade desvinculadas sobre o real.** Na extensão, estamos trabalhando em Paranaguá em uma área de impacto do porto, temos perspectiva de trabalhar com formação em relação aos debates técnicos ininteligíveis por parte do poder público. Para a formação dos alunos é muito importante conhecer os lugares, para depois pensar em projetos dentro da sala de aula, o que é o contrário do método tradicional. Em geral se começa levantando dados, hoje se começa indo nos lugares, para depois pensar qualquer coisa sobre aquela realidade. **O papel da universidade e dos professores está relacionado a busca da proximidade com a realidade social, temos que angariar pessoas para repensar esse modelo de cidade.** AT HIS como um importante campo de atuação, tentando sensibilizar os alunos para tentar perceber outros modos de vida que existem, olhar para a engenhosidade coletiva nos territórios de favelas. Olhar, aprender e realizar trocas nos processos em curso. Construir outros dados, a partir de outra narrativa.

Kixirrá Jamamadi: pertencente ao povo indígena Jamamadi. Desde que cheguei em Curitiba tenho buscado me inserir nos movimentos, em especial o movimento de economia solidária, sou formada em gestão pública e estudei isso no TCC, quando pude conhecer o Paraná e a economia solidária de perto, por meio da pesquisa participante. Hoje construo a rede mandala e associação utopia. Greca fechou a casa de passagem, só por falta de vontade política. Com o MTD apoiamos as artesãs indígenas Kaingang que vinham para a



cidade e ficavam nas ruas e praças. Ocupamos a praça da Nossa Sra. da Salete reivindicando a reabertura da casa de passagem. Desse processo, pude conhecer as famílias indígenas do Paraná. Meu povo é milenar, um dos primeiros afetados pela colonização nos anos 30 a 70, na Amazônia. **Temos 8 territórios retomados, alguns demarcados, mas a maioria da nossa população está nas cidades, quando perdemos nossos territórios.** Em Curitiba temos 3 mil famílias indígenas, estão criando um conselho estadual indígena sem a participação dos povos, mais uma vez afirmam que a gente não deveria existir. Estamos desde sempre nesse território sagrado. Aqui temos vários povos. Só os guaranis são 22 nações. Temos riqueza cultural também dentro de Curitiba, muitos povos diversos. Nossa demanda é viver, existir, viver bem. O que estamos fazendo neste planeta? População paranaense que elegeu ratinho, que escuta mas não age, mas faz parte. Quem é mais importante nesse planeta? As árvores. Estamos aí pra criticar os problemas, como este conselho que exclui nossos povos.

Chrysantho Sholl Figueiredo: liderança do Movimento Popular por Moradia. Meu vínculo com a **agenda socioambiental é o conflito entre a Essencis e a ocupação Tiradentes 2, na experiência de luta e resistência junto com os moradores.** Minha fala tem um tom de denúncia. É evidente que não existe preocupação com a catástrofe climática que não problematize a produção de riqueza no capitalismo. O problema ambiental não é individual, é das empresas que poluem e envenenam, é um problema no mundo inteiro. **A elite de Curitiba se sustenta no mito da cidade modelo, modelo de exclusão. Curitiba é a 17 cidade mais desigual do mundo. Hipocrisia, como o Greca comemorando o prêmio das smart cities.** Hoje a Prefeitura está comemorando a transformação do lixão da Caximba em projeto de energia solar. Se é bom, deveria ser aplicado para todos os aterros. Problema: para onde levar o lixo quando a política de resíduos sólidos diz que todos os aterros têm um limite para acabar. O aterro da Essencis é uma bomba relógio e hoje está movendo uma ação de reintegração de posse contra 64 famílias da ocupação da Tiradentes 2. É uma covardia e deve gerar revolta. A Essencis é originária de um capital francês que geria o canal de Suez desde o século 19, que passou a vender serviços para países pobres, em uma política colonial. O Instituto Democracia Popular realizou um dossiê com as irregularidades, incluindo o fato de estarem funcionando há anos sem estudo de impacto ambiental. Ampliaram o aterro sem a devida permissão, o que só foi limitado pelas ocupações Tiradentes 1 e 2 que se instalaram na área. Ao lado do aterro está também a estação de tratamento de água da Sanepar, casa de custódia, escolas. **Muitas dessas**



denúncias não estariam sendo expostas se não fosse a luta das ocupações, unindo a luta por moradia com a luta socioambiental. Temos que colocar na agenda política eleitoral do ano que vem. E não podemos deixar eles apagarem essa luta com a iminência do despejo. Próximo do prazo de desocupação vamos fortalecer a luta na vigília e ficar alerta. Na opinião de todo o bairro do Sabará a Essencis tem que fechar. É uma injustiça, pois se aproveitam da fragilidade das poucas famílias da Tiradentes 2.

Carolina Efing: representante do Coletivo Rede Curitiba Climática que existe desde 2020. É advogada e soube da rede no IAT, na primeira gestão do Ratinho Junior, maioria dos cargos comissionados e durante a pandemia do COVID. Com a quarentena, foi possível me dedicar à questão ambiental, quando estavam acontecendo muitas queimadas. A rede surgiu por meio da Coalizão pelo Clima, reivindicando na SMMA dados sobre carbono que o Greca não divulgou, até conseguirem a liberação dos dados, o que motivou a realização de novas ações. **Primeiro estudamos o plano de ação climática de Curitiba, que na verdade consta apenas informações esparsas com objetivos vagos. Mapearam as áreas mais vulneráveis e começaram atuação no Parolin via Teto, realizando oficinas climáticas, em conjunto com a cozinha comunitária da Dona Olívia.** Quisemos trazer informações sobre mudanças climáticas saindo do discurso tradicional, demonstrando a crise em Curitiba, que emite mais carbono devido aos carros. Moradores relataram que queriam mudas de árvores para preservar mata ciliar que foram cortadas na retificação do rio, eles sabem que as árvores ajudam a conter as enchentes. O IAT doou 100 mudas de árvores e vai fazer outro mutirão de plantio. Também demandaram pedra brita, pois tem grande concentração de reciclagem para realizar drenagem das vielas, pois com as ruas com lama eles perdem a semana de trabalho. E a principal demanda é a finalização da obra de drenagem, que estão pautando com vereadores, mesmo com vereadores da situação tem sido uma grande dificuldades dar encaminhamento. Em conjunto com o mãos invisíveis realizaram ações para conter a onda de calor em Curitiba, considerando que a Prefeitura não fez nada.

Mariana Auler: o Instituto Democracia Popular não possui uma longa trajetória na agenda socioambiental, atuamos na assessoria jurídica popular no campo dos conflitos fundiários. **Nosso encontro com a questão socioambiental foi o discurso ambiental utilizado como forma de criminalizar as ocupações.** O próprio nascimento do IDP foi impulsionado por um conflito socioambiental no Ribeirão dos Padilhas. Neste ano, estamos

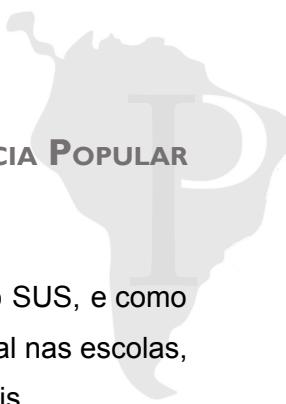


fazendo 10 anos, pós pandemia, pós Bolsonaro, tivemos muitos aprendizados que trouxeram a necessidade de se apropriar da pauta ambiental. ***Na pandemia vimos de perto as dificuldades dos territórios com a seca, enchentes e a segurança alimentar.*** ***As cidades são grandes desertos, não fazemos a gestão da água, energia e alimento, que em geral estão fora das cidades e portanto, estamos em territórios vulneráveis aos eventos climáticos.*** Essa roda vem desse desafio de fortalecer essa pauta. Precisamos disputar um programa de sustentabilidade, o que é uma cidade ambientalmente justa. O plano de enfrentamento às mudanças climáticas de Curitiba é uma grande palhaçada, construído em 2020 com consulta online, sem participação, é mais um check list para o título de cidade inteligente. Nossa ideia é promover essa discussão, para sair com esse mapa da atuação socioambiental na cidade. Registrar e fortalecer a agenda socioambiental por meio desse documento que resume o que queremos construir em uma cidade sustentável a partir da perspectiva popular.

Rodada de discussão sobre desafios enfrentados e propostas para mudanças:

Vanda de Assis: é preciso ***reaproveitar os materiais para que ele não se torne lixo. O lixo virou um negócio, lucro. Disputar o direito a tratar o resíduo sólido.*** A esquerda tem pouco trato com a questão ambiental, agora que estamos com a água batendo na bunda temos que debater, e o Brasil tem um papel importante a cumprir nessa agenda. ***Esse plano de políticas climáticas não são eficazes, não foram pensadas com os territórios ou outras formas de vida.*** O nosso projeto de sociedade precisa ser unificado, pois o projeto do capital é consolidado. A universidade hoje serve para o projeto do capital. Primeiro precisamos denunciar, pois ainda tem quem não enxergue, para que todos saibam. Temos muito mais eventos sobre desastres ambientais do que sobre a crise climática. As pessoas do território sabem falar disso, mas não falamos. Não se faz nada sozinho, por isso a importância desse debate. Construir unidade para enfrentar o debate.

Andreia de Lima: falou sobre a ***importância de preparar nossas crianças, elas não são nosso futuro, são nosso presente.*** A prática tem que partir de nós, pois tem muito ambientalista na internet para ganhar like. Para eles é confortável, se as famílias são despejadas, eles doam um colchão, mas não se posicionam na prática. Pra gente furar nossa bolha hoje, para daqui 10 anos é preciso que nossas crianças tenham uma ***prática real e não virtual. A rede social não vai salvar o meio ambiente.*** A prática a gente



deveria ter começado ontem. Nos vendem doenças no mercado, nos tiram o SUS, e como fazemos para que nossas crianças tenham saúde? Tinha educação ambiental nas escolas, mas que ensinam a lavar caixa de leite, já era limitado e hoje já não existe mais.

Kixirrá Jamamadi: se trata de uma questão ideológica positivista, que prega a razão, nos coloca no campo do provar, certificar. Temos um choque de ideologias. **Os povos indígenas trazem para a cidade o direito de observar e respeitar a natureza. O positivismo diz que temos que consumir porque isso é progresso, nós dizemos que não.** Esse caminho é o caminho da morte, as grandes empresas estão destruindo de forma que não há planejamento que dê certo. O povo não pensa na própria terra, na parte espiritual, só pensa em comprar, consumir. **Temos que mudar a consciência e procurar o bem viver. Dentro da concepção indígena, a terra e tudo que está dentro dela caminham juntos.** Não existem empresas socialmente justas, para produzir um litro de coca cola precisa de 9 litros de água. **Temos que rever nosso modo de consumir e de pensar o mundo.**

Dê Silva: *precisamos entender a forma sutil com que alguns conceitos são criados e a imagem pejorativa do campesinato.* Na mídia, o campesino é o maltrapilho, sujo, enquanto o agronegócio é uma pessoa bonita, bem vestida. Existe uma campanha difamatória contra as populações. **Elá vem também para os povos e comunidades tradicionais, pois é uma disputa política ideológica que precisamos compreender.** Invisibilizar o sujeito a ponto de a sociedade criminalizar ele e a pessoa ter que sair de seu território, inviabilizando a luta pela permanência no local. O êxodo rural foi assim. É um projeto de exclusão, em um segundo momento, precisamos nos desafiar, ir para as comunidades para fazer o debate. Se nós não vamos, eles vão, por meio da televisão, da rádio e outros meios que não conseguimos acessar, pois eles têm muito dinheiro pra isso. **A pauta socioambiental tem que ser um projeto político, pois afeta a todos, desde o campo à favela, ela permeia nossas vidas, em relação à raça, classe e gênero.** Enxergar a pauta a partir da luta de classes. “Ecologia sem luta de classes é jardinagem”. O debate climático é uma discussão de ação e prática da classe trabalhadora. Quando assassinam liderança na amazônia e a gente não enxerga isso como luta de classes, isso encobre a pauta. É nossa tarefa para esse período. A discussão atual é a COP do G20 com discussão climática, mas não se pode fazer esse debate sem apontar os dedos para as empresas do agro e mineração. Precisamos também denunciar o conluio dos aglomerados

empresariais. A empresa que produz o veneno, produz a semente, a embalagem e o remédio. Criar ações de enfrentamento a essas empresas. O conjunto da sociedade precisa enxergar as questões climáticas e as saídas como um projeto político para o Brasil, não dá para fazer com ações isoladas de apenas um grupo, precisamos criar senso coletivo e de luta. Não vamos ganhar essa batalha sem luta. Todas as conquistas que temos é graças às nossas capacidades de lutar.

Carol Mazivieiro: contou sobre como no passado os despejos eram justificados por uma questão higienista e hoje é justificado pelo discurso ambiental. Existe uma divisão que foi feita entre pessoas e meio ambiente. *Quando saímos dessa disputa se forma uma consenso pela ambientalização do discurso, é feio ser contrário a isso. Quando o campo progressista se retira dessa disputa, alguém toma esse discurso.* Esses impactos se dão de maneira desigual, a casa de quem que alaga? É a mesma situação de uma mulher desabrigada ou de um homem, como em União da Vitória. Quem mora perto de parques que são mais frescos, ou na orla da praia? Tem um impacto que é para todos, mas a forma como se lida é distinto. *O planejamento urbano não tem sido conduzido por essas relações naturais dos territórios. O plano de recursos hídricos não conduz o plano diretor. O impacto ambiental não conduz ao uso e ocupação do solo. Nada disso é considerado na gestão do território.* Pensar na agenda ecossocialista. Será que o campo da esquerda está pensando nisso? O capitalismo captura essa agenda. Precisamos cobrar essa agenda nas eleições, no nosso campo não podemos nos pautar no crescimento e consumo.

Chrysantho Figueiredo: falou sobre como antigamente havia mais clareza em relação a eles. Como evitar a captura da pauta? *Não existe capitalismo verde, tanto nas empresas como na geopolítica.* Precisamos desconfiar da ecologia dos ricos. A natureza não está nem aí para a gente, defendemos porque se o planeta acabar é ruim para nós e outros seres, *uma ecologia sem pessoas é traiçoeira.* Quando MP ambiental despeja ocupação para preservar meio ambiente é um capricho. Se as pessoas ficarem o meio ambiente está mais bem preservado. *Temos clareza que as demandas para o indivíduo fazer a sua parte não adianta nada, isso é para nos manter ativos desengajados, e não para transformação. O engajamento é na luta popular. A luta popular e ambiental é uma luta só.* As outras lutas também. Vamos duvidar das políticas ambientais feitas pelos ricos.



Carolina Efing: a solução é coletiva. Precisamos decolonizar nossas mentes. Usar esta roda de conversa como ponto de início da ação, mas não permanecer apenas na conversa.

Pensar em um comitê de meio ambiente que não perpassa pela questão municipal. Fazer oficinas de cada grupo, compartilhar a atuação de cada grupo, entender as demandas de cada grupo e pensar o que cada um de nós pode contribuir, juntando nossa individualidade em algo maior.

Mariana Auler: as grandes cidades são a expressão do capitalismo, e sua forma de organização territorial. Durante a pandemia houve muito debate sobre populações em maior risco, mas em muitos sentidos, as comunidades tradicionais estavam melhor do que as pessoas das cidades sem acesso direto a recursos. A sociabilidade do capitalismo é uma irracionalidade, vivemos de forma fragmentada e atomizada em imóveis pequenos supervalorizados e improdutivos. Pensar as comunidades tradicionais, debate do bem viver e se formar a partir dessa premissas éticas e filosóficas. Passando para o debate de Curitiba, na periferia existe uma outra sociabilidade mais coletiva. Existe uma sobreposição entre as áreas de ocupação irregular e áreas inundáveis, próximas a áreas de mananciais, áreas de menor valor que ficaram fora do mercado. Nas ocupações mais antigas da década de 70 as pessoas falam que nadavam no rio, plantavam arroz no leito do rio, era outra relação. **Parte do problema do risco nessas áreas é produzido pela própria cidade.** **Partir do conhecimento dos territórios e pensar em regularização fundiária ainda está muito distante da questão ambiental.** Só se fala em qualificação ambiental quando se fala em despejo. O ponto de partida contra as mudanças climáticas é a partir dos territórios e dos conhecimentos que estão dados. **Pensar e ouvir os conhecimentos das pessoas dos territórios que tem outras soluções distintas das adotadas pelo poder público.** **Mas o Estado pauta nossa agenda, pois concentra poder, então temos que pensar e incidir nas agendas institucionais** como a revisão do plano diretor, licitação de resíduos sólidos, redução do lixo, política para os catadores e eleições. Precisamos levar esse debate para incidir nesses espaços.